

Desenvolvimento e Urbanização: Senso e Contrassenso do Desenvolvimentismo

Sarah Pereira Soares¹

Francisco Chagas Evangelista Rabêlo²

Resumo

O presente texto propõe uma aproximação entre a Sociologia do Desenvolvimento e a Sociologia Urbana. Sendo as cidades o núcleo do desenvolvimento, pois é nelas que surge a cultura característica do desenvolvimento do Estado capitalista moderno – “cultura urbana” –, constata-se essa possibilidade de aproximação. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir da qual se estabeleceu um diálogo entre a teoria do desenvolvimentismo de Jacques Lambert e a contribuição teórica de alguns autores da Sociologia Urbana. O objetivo foi tanto perceber como as concepções da Sociologia Urbana aparecem na teoria de Lambert quanto comparar a discussão levantada por este autor sobre os obstáculos do desenvolvimento brasileiro na década de 50, qual seja, o dualismo rural/urbano, com estudos recentes de autores que se dedicam à temática urbana no Brasil, como Luiz Cezar Q. Ribeiro, que também aponta a existência de um dualismo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Urbanização. Cultura. Dualismo.

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. sarahsocials@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. chagasrabelo@uol.com.br

Abstract

This paper proposes a rapprochement between the sociology of development and urban sociology. The towns are the core of development as they are in them, which appear the characteristic culture of the development of the modern capitalist state - "urban culture". Therefore, there is the possibility of rapprochement. For that we conducted a literature search, from which a dialogue was established between Jacques Lambert's the theory of developmentalism and theoretical contribution of some authors of urban sociology. The aim was both to understand how the concepts of urban sociology appear in the theory of Lambert and compare the discussion raised by this author about the obstacles of Brazilian development, in the 50s, which is dualism rural / urban, with recent studies of authors who dedicated to the urban theme in urban Brazil, as for example Luiz Cezar Q. Ribeiro, who also points to existence of a dualism in Brazilian society.

Keywords: Development. Urbanization. Culture. Dualism.

A noção de desenvolvimento expressa o progresso humano ancorado no ideal de modernidade. Segundo Castles (2002), a ideia de desenvolvimento é o estágio mais recente da noção iluminista de progresso humano enquanto processo contínuo de expansão interna e externa assente em valores de racionalidade, secularização e eficiência.

A expansão interna refere-se ao crescimento econômico, à industrialização, a melhorias na administração, a governos fundados na competência e no consentimento popular e não no direito divino — resumindo, ao desenvolvimento do estado-nação capitalista moderno. A expansão externa refere-se, por sua vez, à colonização européia do resto do mundo, com a conseqüente difusão dos valores, das instituições e das tecnologias ocidentais (Castles, 2002, p. 126).

Destarte, o paradigma da modernidade se estabelece em meio à rigidez de uma razão explicativa de mundo absoluta, sistematizada e organizada sob a égide da perspectiva teocêntrica. O sistema de produção industrial, por ser o mais eficiente e lucrativo, torna-se rapidamente a própria expressão da evolução capitalista e, ideologicamente, por extensão, do progresso da humanidade (Giuliani, 1999).

Afinal, o que caracterizaria um Estado-Nação como desenvolvido? Qual seria o símbolo de crescimento econômico, industrialização, melhorias na administração, em suma, de desenvolvimento do Estado capitalista moderno?

Muitos estudiosos se dedicaram a essas questões, entre eles os teóricos do desenvolvimento, que consideram o crescimento urbano como o núcleo de desenvolvimento de um país, considerando que é, sobretudo nas cidades, que se encontra uma cultura que sinaliza os ideais de modernidade.

Assim sendo, neste artigo propõe-se uma aproximação entre algumas concepções da Sociologia Urbana que explicam o fenômeno urbano e a Sociologia do Desenvolvimento, em particular, o pensamento de Jacques Lambert, um dos autores relevantes no âmbito da teoria do desenvolvimento

dos anos 50. O objetivo é tanto perceber como essas concepções aparecem na teoria de Lambert quanto comparar as questões levantadas por este autor sobre o desenvolvimento brasileiro, na década de 50, com estudos recentes de autores que se dedicam à temática urbana no Brasil, como Luiz Cezar Q. Ribeiro (2004).

Apresentar-se-á o pensamento de Jacques Lambert em consonância com algumas definições sociológicas de urbanização no sentido de estabelecer uma relação entre a noção de urbanização e a noção de desenvolvimento, e depois a perspectiva de Luiz Cezar Q. Ribeiro sobre a questão urbana no Brasil. Em seguida será estabelecida uma comparação entre os dois autores no que respeita aos problemas sociais no Brasil nos dois momentos considerados. Ao final, procura-se fazer uma reflexão sobre qual seria, hoje, a principal dualidade brasileira responsável pelas desigualdades sociais.

As Noções de Desenvolvimento e Urbanização

Na concepção de Jacques Lambert (1974), a sociedade subdesenvolvida era composta por dois “polos”: um moderno, industrializado, com elevada renda *per capita*, e outro arcaico, agrário, de baixa renda individual. Essa sociedade é, então, denominada dualista.

O avanço ou atraso na evolução de diversos elementos de uma cultura interferem na organização da sociedade, pois “em particular, em período de progresso técnico rápido, todos os traços da cultura de uma sociedade não se modificam com a mesma facilidade” (1974, p. 60). Consequentemente, enquanto se busca o desenvolvimento, uma parte da população se insere num movimento rápido que transforma suas condições de existência, ao passo que a outra permanece à margem do movimento, conservando traços culturais que a primeira abandonou.

O autor argumenta, entretanto, que a formação de uma sociedade dualista não é uma consequência inevitável do desenvolvimento econômico nem da concentração regional do mesmo, antes das condições particulares em que se processa. Nesse sentido, cita o exemplo da França, no período do desenvolvimento da indústria europeia do século 19, cuja modalidade de progresso técnico não conduziu à formação de uma sociedade dualista, pelo contrário, tornou a sociedade mais homogênea. Isso foi possível porque as facilidades de comunicação colocavam o campo em contato com a cidade e, assim, os novos traços culturais eram difundidos, de forma que em nenhuma parte havia isolamento e o desenvolvimento econômico, mesmo concentrado, não desencadeou, portanto, a formação de uma sociedade dualista.

Como contraexemplo do caso francês, Lambert descreve a situação dos países, entre eles o Brasil, que lutavam para acelerar o processo de desenvolvimento por meio da industrialização. Nesses países, a difusão de novos traços culturais permaneceu por muito tempo no “polo”, de onde se irradiava o desenvolvimento econômico. As vastas zonas rurais com baixa densidade demográfica faziam com que o isolamento fosse quase total e, assim, na ausência de contato, os processos sociais ocorridos na zona de desenvolvimento econômico dificilmente se ampliavam.

Pode-se constatar nas formulações de Lambert que o desenvolvimento de um país não se deve apenas ao desenvolvimento econômico, mas principalmente à incorporação de uma nova cultura, uma cultura urbana moderna. Nesse sentido Castells (1983), quando analisa o fenômeno urbano, destaca que entre as definições sociológicas pode-se distinguir dois sentidos extremamente distintos do termo urbanização: 1) concentração espacial de certos limites de dimensão e de densidade; 2) difusão do sistema de valores atitudes e comportamentos denominados “cultura urbana”.

A análise da urbanização fundamenta-se numa premissa: a correspondência entre certo tipo técnico de produção (essencialmente definido por uma atividade industrial), um sistema de valores (“o modernismo”) e uma forma específica de organização do espaço, a cidade, cujos traços distintos são de certa forma e de certa densidade (1983, p. 39-40).

No livro *Os Dois Brasis* (1978), Lambert esclarece que, no momento da transição de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade industrial no Brasil, em uma parte do país não se via esses dois sentidos de urbanização, isto é, predominava o isolamento populacional bem como a manutenção de uma cultura arcaica. Segundo o autor,

[...] pequenas comunidades, esparsas pelo interior ou agrupadas perto da costa, em torno das fazendas coloniais, separadas umas das outras e todas isoladas do estrangeiro, resistiam à mudança da mesma forma que as comunidades campestres indígenas de outros países. No decorrer do longo período de isolamento colonial, formou-se uma cultura brasileira arcaica que conserva ainda a marca da escravidão e do século XVI, uma cultura que com suas tradições e suas rotinas, mantém dentro do isolamento que ainda perdura, a mesma estabilidade que as culturas indígenas da Ásia ou do Oriente Próximo. [...] Em contraste com essa cultura arcaica, principalmente, mas não exclusivamente rural, a atividade dos habitantes de São Paulo e, em seu redor da maior parte dos Estados do Sul, acarreta a formação de uma outra sociedade, muito mais móvel e evoluída, que, sendo a sociedade dominante do Sul, se projeta aos poucos por toda parte, sobretudo nas grandes cidades. O afluxo de imigrantes europeus, arrancados do seu meio de vida e trazendo novas técnicas e modos de vida, o desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, a concentração de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes, tudo contribui para unir numerosas populações em uma vasta sociedade em constante evolução (1978, p. 102).

Assim, outras formas de civilização, oriundas da Europa e dos EUA, estabeleceram-se, inicialmente, em apenas alguns pontos isolados do imenso território brasileiro. O desenvolvimento das civilizações, adverte Lambert,

sempre ocorreu em âmbitos regionais e, tal como acontece no Brasil, por toda parte o motor da evolução localizava-se nas cidades, de onde mais tarde se irradiava a mudança para o campo. “O modernismo no Brasil e no resto do mundo, como sabido, teve nas cidades, o seu habitat natural” (Peixoto, 2006, p.183).

É a partir dos anos 20, com a industrialização em curso, que se verificam processos de urbanização mais nitidamente modernos, e os modernismos que têm lugar nesse período se beneficiam da reconfiguração das principais cidades brasileiras (Peixoto, 2006, p. 178). Conforme salienta Lambert, porém, a poucos quilômetros dos arranha-céus do Rio de Janeiro, no próprio Estado de São Paulo, em que o desenvolvimento é mais uniforme, existem fazendas abandonadas, comunidades fechadas em que se perpetuam os modos de vida de outrora, caracterizando uma sociedade dual.

O dualismo rural/urbano também é tema central na argumentação de Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1994 [1937]), no qual o autor reflete sobre modernização brasileira e seus obstáculos, descritos como ruralismo, herança ibérica e cordialidade. Do ponto de vista de Holanda, o problema estaria no fato de que o novo modelo de sociedade que a vida urbana trouxe consigo não teria substituído o modelo anterior. Assim é que a tensão civilidade/cordialidade ou tradição/modernidade fundamentaria a sociedade brasileira.

Esse dualismo, afirma Holanda, remete às nossas raízes e às civilizações responsáveis por nossa formação, apontando para modelos antagônicos, representados, de um lado, pelo mundo patriarcal, agrícola e tradicional e de outro, pela civilização urbana, industrial, regida pela ótica do trabalho e por padrões impessoais de sociabilidade. Nessa perspectiva Lambert, ao descrever a estrutura social do país novo, termo usado para designar o polo desenvolvido brasileiro, aponta que, em contraste com o Brasil velho, formado por justaposição de comunidades que congregam indivíduos unidos por relações pessoais, o Brasil novo constitui uma sociedade cujos membros

estão ligados não por contatos pessoais, mas pelas solidariedades indiretas, e bem mais amplas, resultantes da divisão do trabalho e das instituições políticas.

Percebe-se, aqui, que o vínculo entre a noção de desenvolvimento, de urbanização e cultura implica, conforme já foi mencionado, concentração espacial de certos limites de dimensão e de densidade e a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados “cultura urbana”. É esse último aspecto, por excelência, no entanto, que caracterizará um país como desenvolvido, como moderno, uma vez que é na cultura urbana que floresce um novo estilo de vida, o qual guiará novas formas de relações sociais. Nessa direção, podemos recorrer a George Simmel (1979) quando aborda o comportamento humano no meio urbano. Segundo o autor, a vida mental da cidade é marcada pelo individualismo, por relações impessoais. “A mente moderna se tornou mais e mais calculista. (...) Os mesmos fatores que redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade” (1979, p. 14-15).

Segundo Lambert, a grande vantagem da incorporação de um novo estilo de vida fundado em relações impessoais é que ele proporciona a possibilidade de mobilização da sociedade. Ao contrário das fazendas, constituídas por pequenas comunidades, muito hierarquizadas, pois abaixo do senhor e do pequeno círculo familiar que o cerca não há lugar para uma classe média, na estrutura social do país novo observa-se surgir uma classe de agricultores independentes, donos de pequenas propriedades familiares, que não estão absolutamente envolvidos nas relações de patronato.

Acima de um proletariado rural, que não encontra mais quadros sólidos, forma-se uma classe média rural. Já não é mais no mundo hierarquizado da fazenda, mas nos quadros econômicos do mercado e nos quadros políticos do município, do Estado e da Federação, que se organiza a sociedade. [...] Quando a grande propriedade subsiste, já não é mais da mesma natureza; organizada agora para a produção e não mais para a proteção, cria

relações econômicas e não pessoais; deixando de fornecer quadros sociais à população rural, não oferece muita resistência às mudanças (Lambert, 1978, p. 121-122).

É, sobretudo, pela ascensão das classes médias que o novo Brasil difere profundamente do antigo em que elas não existiam. Foi a classe média que rompeu de forma mais definitiva com o Brasil rural, mesmo quando os seus membros dela se originaram. Ilustra o autor:

Nada detém a classe média urbana em sua evolução; ela acolhe os estilos de vida, as idéias e ideologias novas, sem oferecer resistências; em uma geração ela passa, por exemplo, diretamente, sem dificuldade, de um quase enclausuramento das mulheres para a co-educação e para a mesma liberdade dos países anglo-saxões. A posição estratégica da classe média nas cidades dá-lhe uma autoridade desproporcionada à sua importância numérica no país, permitindo-lhe muitas vezes fazer valer a sua vontade na política nacional, até mesmo contra a vontade da massa rural, ou melhor, de seus chefes (1978, p. 124).

A posição das classes médias urbanas é tão importante que não deixa ao proletariado urbano senão um papel muito insignificante. Em consequência, seus níveis de vida são ainda muito baixos, mas não é possível compará-los com os do homem do campo. O proletariado urbano, morador numa casinha de subúrbio, não pertence naturalmente à mesma classe social que o comerciante abastado das cidades-jardim de São Paulo ou dos arranha-céus de Copacabana, mas pertence à mesma civilização (p. 125).

Em sua conclusão Lambert assegura que, entre essas duas épocas da cultura brasileira, a distância vem se acentuando constantemente, posto que uma evolui cada vez mais rapidamente, ao passo que a outra se mantém perfeitamente imóvel enquanto não for rompido seu isolamento. Pode-se esperar, entretanto, que essas culturas se encontrem um dia e que a sociedade brasileira recupere a unidade ameaçada em um período de transição. O grande problema para o Brasil é evitar que o desenvolvimento econômico

do país se processe muito exclusivamente na região já desenvolvida, fazendo com que, ao contrário, ele se difunda por todo o país, a fim de uniformizar sua estrutura social.

Desenvolvimento e urbanização na visão de Luiz Cezar Queiroz Ribeiro: a dualidade reinstaurada

O debate público, que descreve as nossas cidades como partidas em segmentos marginais e integrados, é uma reedição da “razão dualista”, responsável pela produção da imagem dos “dois brasis” (Ribeiro, 2004, p. 17-18). O título do texto *A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito* (2004), de Luiz C. Q. Ribeiro, nos faz lembrar as dicotomias Brasil rural/Brasil urbano, país desenvolvido/país subdesenvolvido, descritas por Lambert no livro *Os dois Brasis*. O próprio autor inicia o texto afirmando que há semelhanças entre a questão urbana nesta virada de milênio e a do início do nosso período republicano. Assim, a proposta do autor é apresentar algumas questões que orientam a reflexão da pesquisa comparativa.

O ponto de partida de Ribeiro são os impactos das transformações econômicas em curso sobre a estrutura socioespacial das metrópoles brasileiras e sobre a sua capacidade de controlar sua historicidade, isto é, parte-se de um momento de transição histórica e intelectual sob o impacto da crise do modelo desenvolvimentista e da nossa inserção do novo modelo de produtividade difundido pela globalização (2004, p. 18).

Apresentam-se duas perspectivas de análise para esse momento de transição histórica: uma de caráter normativo que reúne diagnósticos, modelos e recomendações práticas para resolver os problemas das grandes cidades e aumentar a sua produtividade. Neste caso, a globalização é apontada como oportunidade de desenvolvimento. E outra, de natureza estritamente acadêmica, que utiliza resultados de pesquisas empíricas, as quais referem as cidades como o lócus privilegiado do novo modelo desterritorializado de

desenvolvimento. Esta última perspectiva mostra que as grandes cidades continuam concentrando o poder econômico e político e que os fluxos econômicos globais convergem crescentemente para os países onde já existem recursos acumulados e, no seu interior, para as grandes cidades onde estão concentrados.

Ao abordar a relação entre globalização e governabilidade, Ribeiro enfatiza que as metrópoles brasileiras concentram hoje a questão social nacional e expressam o aprofundamento do divórcio entre a sociedade, a economia e o Estado. E traz alguns dados que confirmam a afirmação, tais como o aumento da concentração de renda em algumas metrópoles mais que em outras e a fragmentação institucional – os organismos de planejamento metropolitano criados em 1970 desapareceram ou perderam sua capacidade técnico-política. Por conseguinte, o autor sustenta que

[...] estamos diante de uma situação descrita por muitos como de ingovernabilidade das metrópoles brasileiras em razão: a) do tamanho e complexidade dos problemas que se avolumaram, b) do quadro de fragmentação institucional e desinteresse político e c) da inexistência de valores que impulsionam ações coletivas (Ribeiro, 2004, p. 23).

E pergunta: “Há possibilidades de nossas grandes metrópoles tornarem-se competitivas e ao mesmo tempo socialmente justas e ambientalmente sustentáveis?” Responder a essa pergunta, diz o autor, corresponde a avaliar os impactos gerados pela globalização sobre o sistema de atores da cidade, no quadro da crise social produzida pelo esgotamento de modelo desenvolvimentista prevaiente desde os anos 50 (p. 23).

Isso implica partir de uma visão mais ampla do problema da governabilidade, o que leva Ribeiro a incluir-se na perspectiva de autores como Putnam (2002), que afirma que o desempenho institucional é determinado pela existência de um capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema. O autor amplia a resposta teórica dada por Putnam ao chamado dilema da ação coletiva, recorrendo ao conceito de “sistema de ação

histórica”, formulado por Touraine (1974), para explicar a dinâmica que preside a mudança social. Para Touraine, segundo a exposição de Ribeiro, a sociedade se define não apenas pelo modo como se organiza para produzir, distribuir e consumir, mas pelo sistema que comanda a sua mudança. A historicidade de uma sociedade – e de uma cidade – é determinada por um modelo cultural – mecanismo de legitimação das orientações, os valores e dos signos sociais que estabelecem os padrões de organização, repartição e consumo – e pelas classes sociais que se relacionam por meio desse modelo. Nesse sentido, a ação coletiva deriva de dinâmicas sociais simultaneamente unificadoras e conflituosas, logo, da aceitação e das disputas legítimas em torno das orientações e valores segundo os quais as sociedades devem se organizar e funcionar como sistema de produção, repartição e consumo. São tais dinâmicas que comandam as mudanças sociais.

Ribeiro salienta que a reflexão sobre as relações entre o fenômeno urbano e a formação da ação coletiva das classes sociais está presente no pensamento de vários pesquisadores que buscaram entender as singularidades da estrutura social brasileira a partir da compreensão das particularidades da nossa urbanização decorrentes da combinação entre efeitos das mudanças sociais ocasionadas pela industrialização e pela estagnação das regiões agroexportadoras.

O extenso e polêmico debate sobre a existência ou não de uma “massa marginal” nas cidades resultou na produção de consenso intelectual de que a industrialização, apesar de manter um grande setor de trabalhadores autônomos, vivendo na economia informal, tornou complexa a estrutura social herdada das fases anteriores e produziu uma diversificação de interesses. Esse fato, contudo, teria pouco impacto na criação da arena política correspondente a uma sociedade de classes em razão da existência de contratendências que bloquearam a construção de conflitos que expressassem a diversificação da estrutura social, tais como: o autoritarismo, dificultando a organização social e política; a concentração extremada da renda, aumentando-se a clivagem entre “ricos e pobres”; a ampliação considerável dos

meios de comunicação de massa e o seu controle pelas elites, impedindo a formação de consciência social fundada na diferenciação social e produzindo “consensos superficiais e oscilantes, típicos de uma sociedade de massa”. O fim do autoritarismo, o crescimento e o fortalecimento do sindicalismo e das organizações patronais, profissionais e populares nos anos 80 pouco alteraram esse quadro, pois não incorporaram a grande parte da população das cidades (Ribeiro, 2004, p. 27).

Nesse sentido, o autor relata que na reconfiguração das classes sociais, a partir da década de 80, a diferenciação entre a ocupação manual e não manual determina importante corte da estrutura social brasileira, estabelecendo fronteiras e padrões de mobilidade ocupacional.

A reconfiguração do emprego operário fragmenta e fragiliza socialmente as classes trabalhadoras na sua capacidade de participar do espaço público da cidade, o que tem como contrapartida o aumento da centralidade das altas classes médias no poder urbano, uma vez que esse segmento atua como a *intelligentsia* da sociedade. Ele está presente no Estado, em seus organismos de planejamento e gestão, nas empresas privadas e movimentos sociais, exercendo função de tradutor e articulador das demandas socialmente reconhecidas. As transformações do estatuto das ocupações das classes médias altas levaram-nas a diminuir sua capacidade de tradução e articulação dos interesses privados em necessidades sociais, visto que diante do clima de insegurança e medo reinantes nas cidades, incentivaram a adoção de comportamentos autodefensivos e individualistas, entre os quais a busca de modelos segregados de moradia, como os condomínios fechados, nos quais as altas classes médias pretendem se proteger da “desordem urbana” (2004, p. 30-31).

Então o autor se pergunta: em que medida o modo como as instituições sociais têm reagido aos efeitos da transição que atravessamos e aos seus impactos sobre as práticas individuais e coletivas está condicionando o futuro da metrópole brasileira neste novo quadro histórico? Nesse sentido, traz para reflexão um recorte específico dessa questão, ou seja, os possíveis impactos

desestruturadores do sistema de ação histórica da grande cidade brasileira produzidos pelos novos padrões de segregação social que a transição está fazendo emergir na metrópole. A desestruturação social dos bairros populares, a sua crescente estigmatização, no contexto da reestruturação produtiva e da predominância da ideologia neoliberal têm criado uma democracia representativa limitada, pois anula a fala autônoma das classes. Em suma, a segregação socioespacial assume o papel de reprodutora das desigualdades no que diz respeito à distribuição do poder social na sociedade, entendido este como capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar recursos urbanos.

A autosegregação das classes médias altas, observa Ribeiro, estaria conduzindo a cidades fragmentadas, nas quais se concentrariam os poderosos e vitoriosos da globalização, territórios de autogoverno, em que prevalece uma espécie de hipercidadania. Por fim, o autor conclui que os impactos da globalização em nossas cidades expressariam o caráter seletivo e autoritário da modernização engendrada pela expansão do capitalismo mundial, ao manter a dualidade política produzida pela total dissociação entre o território, no qual a vida cotidiana se reproduz – o subsolo da nação brasileira (Ribeiro, 2004, p. 36).

Jacques Lambert e Luiz Ribeiro: uma comparação

Para Jacques Lambert, a aproximação entre urbanização e desenvolvimento não apenas seria possível, mas necessária, porque, conforme o que foi analisado, a teoria que ele formula considera o urbano como nuclear para que o desenvolvimento de um país viesse a ocorrer. Nesse sentido, embora não seja seu foco principal, Lambert elege o fenômeno urbano como fator relevante nesse processo. É nesse ponto que se pode estabelecer uma comparação entre sua teoria do desenvolvimento dos anos 50 e os estudos recentes de Luiz Ribeiro sobre a problemática urbana no Brasil.

Sabe-se que os autores retratam transições históricas diferentes: Lambert aborda a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, postulando um modelo de desenvolvimento, que consistia na remoção de obstáculos do desenvolvimento, isto é, o polo atrasado de cultura arcaica, enquanto Ribeiro analisa os impactos da crise desse modelo desenvolvimentista e a inserção num novo modelo de produtividade difundido pela globalização.

Acredita-se, todavia, que é possível encontrar pontos de convergência nas análises desses autores, uma vez que os problemas apontados por Lambert não foram superados pelo modelo desenvolvimentista nem mesmo pela nossa inserção num novo modelo de produção, como dito, a globalização, conforme explicita Ribeiro.

Um dos problemas apresentados por Lambert – concentração do poder econômico e político – aparece também na pesquisa de Ribeiro. Fazia parte das reflexões de Lambert que o desenvolvimento modificaria a antiga estrutura social brasileira, produzindo uma diversificação de interesses. Ribeiro sustenta que a diversificação da estrutura de classes sociais se verificou, apesar de existir uma “massa marginal” na cidade.

Na visão de Ribeiro, contudo, esse fato originou pouco impacto na criação da arena política correspondente a uma sociedade de classes. Lambert também reconheceu que a posição das classes médias urbanas era tão importante que não legaria ao proletariado urbano senão um papel muito insignificante e que eram essas classes que faziam valer sua vontade na política nacional, entretanto acreditava que essa distância era inerente ao período de transição e tenderia a desaparecer logo que a cultura arcaica fosse totalmente absorvida pela cultura moderna, o que não se deu no período em consideração.

Nessa perspectiva Ribeiro, ao adotar o conceito de sistema de ação histórica de Touraine (1974), vai além, afirmando que a historicidade de uma sociedade é determinada por um modelo cultural e pelas classes sociais que se relacionam com esse modelo, ou seja, não bastava incorporar uma nova cultura para que houvesse mudança social.

É nesse sentido que se pode perceber o descontentamento do autor tanto com o modelo desenvolvimentista, prevalecente desde os anos 50, quanto com os impactos da globalização, uma vez que a reconfiguração das classes sociais, a partir da década de 80, determinou um corte da estrutura social brasileira, estabelecendo fronteiras e padrões de mobilidade ocupacional, isto é, a segregação social, no contexto de reestruturação produtiva e de ideologia neoliberal, que acabou por desestruturar o sistema de ação histórica, responsável pela dinâmica que produz a mudança social.

Considerações finais

A relação entre desenvolvimento e urbanização foi estabelecida a partir da contribuição teórica de alguns autores da Sociologia Urbana e da teoria do desenvolvimento de Jacques Lambert.

Dada a importância da cultura moderna, urbana, na teoria desenvolvimentista de Lambert e a consideração, feita por Luiz Ribeiro, de que a questão urbana, hoje no Brasil, é uma reedição da razão dualista, procurou-se tecer um diálogo entre o pensamento de ambos os autores.

É interessante salientar que embora a maior preocupação de Jacques Lambert fosse as possibilidades de desenvolvimento – o desenvolvimentismo –, a questão urbana aparece na obra do autor principalmente porque considera a cidade o motor do desenvolvimento. Já Luiz Ribeiro, ao se preocupar especificamente com a questão urbana no Brasil, não deixa de analisar os impactos do modelo de desenvolvimento, e de sua versão contemporânea, a globalização, sobre o fenômeno urbano.

Se ambos partem da existência de uma dualidade no Brasil, a dualidade, para Lambert, se daria entre dois mundos ou duas estruturas, o rural e o urbano, enquanto, na análise de Ribeiro, ela é vista como uma dualidade socioespacial e política. A crise do modelo desenvolvimentista e a inserção num novo modelo de produtividade difundido pela globalização não fizeram desaparecer as desigualdades sociais no Brasil. Seguindo a perspectiva de Ribeiro elas estariam, de fato, predispostas a se extinguirem mediante o sistema de ação histórica, pois a mudança social deve partir da ação coletiva.

Com algumas ressalvas, pode-se afirmar que as duas épocas de culturas, retratadas por Lambert, se encontraram. Agora não se trataria de colocar o campo em contato com a cidade, mas de colocar as duas partes da cidade em contato, haja vista que a segregação socioespacial desestrutura o sistema de ação histórica.

Conclusão um tanto assemelhada propõe Jessé de Souza (2006) a partir de pesquisa e reflexões sobre a desigualdade brasileira, configurando dois mundos à parte: dos cidadãos e dos subcidadãos. As diferenças de abordagem de Ribeiro e Souza podem parecer, à primeira vista, como filigranas irrelevantes, no entanto é preciso considerar que os dois mundos são resultantes do processo de desenvolvimento e não do subdesenvolvimento, se consideramos as teses dualistas dos anos 50/60, ou da crise experimentada pelo processo de desenvolvimento, como sugere a tese de Ribeiro. Também Souza vê essa oposição antinômica, como ressonâncias das velhas teses sobre a dualidade, que continuam vivas, ainda que com outras roupagens, seja na versão do personalismo de Holanda seja da teoria da modernização dos anos 50/60. A tese adquire em *A gramática social da desigualdade brasileira*, a seguinte formulação:

Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna, posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação “de fora para dentro”. Assim, ao contrário de ser “personalista”, ela

retira sua eficácia da “impessoalidade” típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana (Souza, 2006, p. 24).

Acima de tudo, porém, essas formulações estão condicionadas menos pelos paradigmas teórico-metodológicos que as instruem e muito mais pela visão que o panorama social e as políticas governamentais, ou ausência delas, proporcionam. No caso de Ribeiro, a crise dos anos 90, e de Jessé de Souza, as perspectivas que se colocavam em vista das políticas sociais ampliadas pelo governo Lula, a partir de 2002, assim como pelo clima de otimismo que essas políticas sugeriam e quiçá pela projeção que o país alcançava em virtude de uma conjuntura econômica favorável ou de uma política externa agressiva.

Referências

CASTELLS, M. O fenômeno urbano: delimitações conceituais e realidades históricas. In: _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTLES, S. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, estudos e práticas*, n. 40, p. 123-148, 2002. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n40/n40a07.pdf>. Acesso em: 27 set. 2008.

GIULIANI, G. M. A questão ecológica, a indústria e o capitalismo. *Raízes*, ano XVIII, n. 19, maio 1999. Disponível em: <www.uff.br/lacta/publicacoes/aquestaoecologica.htm>. Acesso em: 1º out. 2008.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994. (1. ed. 1937).

LAMBERT, J. Obstáculos ao desenvolvimento decorrente da formação de uma sociedade dualista. In: DURAND, J. C. G. (Org.). *Sociologia do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Os dois Brasis*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

PEIXOTO, F. A. As cidades nas narrativas sobre o Brasil. In: FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *A cidade e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC-Minas; Edusp, 2006.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação; a cooperação e o conflito. In: _____. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: Fase; Fundação Perseu Abramo; Observatório das Metrôpoles, 2004.

SIMMEL, G. Metrópole e vida mental. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. In: _____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

TOURAINE, A. *Pour la sociologie*. Paris: Seuil, 1974.

Recebido em: 15/6/2011

Accito em: 18/8/2011